

**Título: A relação trabalho-cidadania e a adaptação da educação ao formato televisivo
no programa Telecurso 2000.**

Autora: Adriana Santos da Mata

Universidade Federal Fluminense: Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação

Resumo

O Telecurso 2000 é um projeto educativo que pretende dar escolaridade de 1º e 2º graus a jovens e adultos, em especial trabalhadores. A proposta foi delineada em dois eixos: formação para o mundo do trabalho e a cidadania. Podemos perguntar, no entanto, que tipo de *formação* se pretende para que tipo de *trabalho* e o que é *cidadania*. O Telecurso 2000 tenta atingir os seus objetivos a partir de dois aspectos fundamentais: primeiro, a relação trabalho-cidadania nas teleaulas, ou seja, o **conteúdo** do programa do ponto de vista da maneira como as questões são colocadas, que situações elas respondem, que modelo de cidadania se pretende formar; segundo, a adaptação da educação ao formato televisivo, isto é, a **forma** como as matérias curriculares foram transformadas para o *media* televisivo, através de técnicas, procedimentos e convenções utilizados em qualquer programa “normal” de televisão.

Palavras-chave: Televisão – Educação - Cidadania.

A discussão sobre os problemas, recursos (humanos e materiais), propostas e métodos para a área educacional é permanente. A realidade brasileira ainda aponta para a necessidade de resolver questões de educação básica, embora estejamos vivendo uma época de mudanças constantes, principalmente no plano tecnológico.

A lei de diretrizes e bases da educação, nº 9394/96, no artigo 2º, diz que a educação “*tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. Podemos perguntar, no entanto, o que significa *desenvolvimento pleno* do indivíduo? O que é *cidadania*? Que tipo de *qualificação* se pretende para que tipo de *trabalho*?

O programa de teleducação Telecurso 2000 é um projeto educativo que, de certa forma, incorpora este artigo da lei. Idealizado pela Fundação Roberto Marinho (FRM), contava, em 1997, com mais de 4.200 telessalas que atendiam a 127 mil alunos em todo o Brasil. No ano 2000, além das 8 mil telessalas em funcionamento, deverão ser implantadas mais 3 mil. O programa também é exibido no canal por assinatura Futura e, em canal aberto,

pela Rede Globo, TVE, TV Cultura, Rede Minas e Rede Vida. Seu objetivo explícito é dar escolaridade de 1º e 2º graus a jovens e adultos, em especial trabalhadores, que não tiveram oportunidade de estudar na época própria. A proposta foi delineada em dois eixos: formação para o mundo do trabalho e a cidadania. Na sua forma genérica, Sandra Portugal¹ (FRM) apresenta o Telecurso 2000 da seguinte maneira:

“Na questão da formação para o trabalho, pensou-se um curso com conteúdos relevantes para que o sujeito possa trabalhá-los e utilizá-los de imediato, através das habilidades básicas. (...) Temos também a preocupação com a cidadania. A cidadania brasileira vem se construindo. Nós queremos formar um indivíduo crítico, que olhe para aquilo que está ao seu redor e descubra como atuar melhor.”

Vejamos, então, como o Telecurso 2000 tenta atingir os seus objetivos a partir de dois aspectos fundamentais: a relação trabalho-cidadania nas teleaulas e a adaptação da educação ao formato televisivo. O primeiro item diz respeito ao CONTEÚDO do programa, entendido aqui não do ponto de vista pedagógico, e sim, do jeito como as questões são colocadas, que situações elas respondem, que modelo de cidadania o Telecurso pretende formar. O segundo se refere à FORMA como as matérias curriculares foram transformadas para o *media* televisivo, através de técnicas, procedimentos e convenções utilizados em qualquer programa “normal” de televisão.

1. A relação trabalho-cidadania no Telecurso 2000

A noção de cidadania é determinada pelo contexto histórico e social. Ser cidadão e ser indivíduo é algo que se aprende e que é demarcado por expectativas de comportamentos singulares. A cidadania é institucionalizada socialmente e construída moralmente, é uma identidade social informada pela dimensão política. A noção de cidadania remete, a princípio, a um sistema de leis ou regras universais que vale para todos os que compartilham um espaço social. O cidadão pertence a um espaço eminentemente público e é definido em termos de um conjunto de direitos e deveres para com uma entidade universal, a “nação”. (Da Matta: 1991)

No Brasil, a História recente, especialmente a partir da Revolução de 30, revela uma idéia de cidadania e um perfil de cidadão bastante controvertidos. Santos (1979) sugere que o conceito-chave, no contexto político, econômico e social, pós-30, é o conceito de *cidadania*

¹ Programas especiais exibidos na TVE em 9 e 16 de agosto de 1997, como parte da capacitação dos orientadores de aprendizagem do *Telecurso 2000 Comunidade*, parceria entre a FRM e a prefeitura do Rio de Janeiro.

regulada, que considera cidadãos somente os membros da comunidade que estejam ocupados, no processo produtivo, em profissões reconhecidas e definidas por lei.

Deste modo, formou-se a idéia geral do trabalhador-cidadão. A relação entre cidadania e ocupação veio proporcionar as condições institucionais para promover os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho. A cidadania passou a ser definida por três parâmetros: regulamentação das profissões, carteira profissional e sindicato público. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se tornou uma certidão de nascimento cívico. (Santos: 1979)

A educação participa da nova ordem social como mecanismo de controle. Sua função é disciplinar os trabalhadores para a produção, dando-lhes uma instrução mínima necessária. Para participar do convívio social, o homem deve ser “civilizado”, “racional”, “instruído” e “educado”. Em outros termos, apenas é considerado cidadão, quem é honesto, decente, letrado, ordeiro. Desta forma, constrói-se a vinculação entre educação e cidadania. (Arroyo: 1995)

A necessidade de educação para a cidadania tem um endereço certo: as camadas populares, os trabalhadores, o operariado, os “cidadãos de segunda ordem”. Um dos recursos mais utilizados até os dias de hoje para promover a educação padronizada e adequada é o livro didático, que determina os limites epistemológicos da escola para todos, ou seja, o que se pode e se deve saber e como este aprendizado será orientado. (Buffa: 1995).

A dimensão da cidadania, trabalhada comumente na relação pedagógica, preocupa-se com a formação de valores, hábitos e comportamentos para “formar o homem social”, o cidadão. Privilegia-se o desenvolvimento de bons sentimentos, da vontade esclarecida, do caráter controlado, dos apetites domesticados. É a “docilidade” e a “passividade” de corpos que foram submetidos, transformados e aperfeiçoados. (Foucault: 1987)

Educar para a cidadania é levar o indivíduo a cooperar para bem comum, a tornar-se útil à coletividade, a desenvolver o gosto e a capacidade de produção, a despertar o sentido de interesse comum essencial, enfim, a ter elevado o seu nível moral. A ênfase na elevação moral de todos revela a igualdade mais de deveres do que de direitos. O indivíduo precisa aceitar a obrigação moral para conviver harmonicamente com seus semelhantes.

O Telecurso 2000 parece seguir esta “tendência” educacional. João Batista de Oliveira², um dos consultores do programa, afirma:

² Programas especiais exibidos na TVE em 9 e 16 de agosto de 1997, como parte da capacitação dos orientadores de aprendizagem do *Telecurso 2000 Comunidade*, parceria entre a FRM e a prefeitura do Rio de Janeiro.

“Nós temos o desafio... de levar as pessoas a usar o conhecimento. Ao invés de acumular conhecimentos e informações, é ter menos conhecimentos e informações, mas saber usá-los, saber aplicá-los em situações de vida, de trabalho e de estudo. O Telecurso... quer desenvolver um conjunto de habilidades básicas, mas também um conjunto de atitudes em relação ao trabalho, ao estudo, ao meio ambiente, à segurança e à qualidade, porque são essas as atitudes e atributos importantes para o trabalhador, para o cidadão do século XXI.”

Ele explica que as *habilidades básicas* são as *habilidades genéricas* que todo mundo deve saber: ler, escrever, contar, e também *habilidades práticas* que todos devem ter: saber comunicar, trabalhar em grupo, usar o computador, falar uma língua estrangeira. Em linhas gerais, as habilidades básicas são: aprender a aprender, pensar crítica e criativamente, tomar decisões, resolver problemas, aplicar o aprendido. Ou seja, o trabalhador deve aprender as coisas úteis para a vida, o mínimo necessário para que ele saiba se comportar na sociedade e otimizar os recursos e o tempo de trabalho. Desta forma, ele será considerado um cidadão, pois saberá agir racional, civilizada e educadamente diante dos problemas, terá conduta/atitude adequada nas situações profissionais e de vida.

Para que o telealuno adquira ou aprenda estas *“habilidades básicas e as atitudes e atributos necessários ao cidadão do século XXI”*, os conteúdos são apresentados dentro de contextos com os quais o aluno-espectador, supostamente, se reconheceria, se identificaria. Por exemplo: escritório, fábrica, jornaleiro, feira, rua. O consultor Luis Antônio Marcuschi³ diz que as aulas aproveitam situações do dia-a-dia para desenvolver os conhecimentos específicos de cada área, mostrando que em diferentes ocasiões diferentes decisões têm que ser tomadas.

A noção de cidadania é discutida nas teleaulas em termos de deveres e direitos a partir da *glamourização* da linguagem televisiva. Ou seja, fala-se em como ser cidadão, define-se a palavra, mas os problemas concretos não são trazidos, o *como se fazer* cidadão não é questionado. O Telecurso optou pela escolha de personagens fictícios em situações inventadas em vez de conduzir a aula em torno de personagens reais, com pontos de vista e interesses diferentes. Fala-se em cidadania, mas não se discute a opressão, a fome, o desemprego, a falta de saneamento, enfim, os problemas sociais que fazem parte do dia-a-dia dos trabalhadores, dos telealunos com os quais o programa pretende ter uma identificação.

Há a preocupação em propagar um modelo idealizado de trabalhador que domina as técnicas, que coopera, que não desperdiça material e sabe otimizar o tempo da atividade.

³ Programas especiais exibidos na TVE em 9 e 16 de agosto de 1997, como parte da capacitação dos orientadores de aprendizagem do *Telecurso 2000 Comunidade*, parceria entre a FRM e a prefeitura do Rio de Janeiro.

Entretanto, em nenhum programa, é feita alusão às condições reais de trabalho ou às injustiças sociais, muitas delas decorrentes do próprio ambiente de trabalho, da relação entre patrão-empregado, governo-cidadão.

Mas como o Telecurso “ensina” os conteúdos pedagógicos e dissemina um modelo de cidadania? Mais do que um programa educativo, o Telecurso 2000 é um programa de televisão. Vejamos, em linhas gerais, qual é a sua *forma*.

2. O formato televisivo do Telecurso 2000

Pouco se tem discutido sobre as potencialidades e os usos que a televisão, enquanto meio de comunicação, oferece para a área educacional. Há, no estudo do jornalismo, um guia interessante de estudos sólidos que podem ajudar a esclarecer como isto acontece.

Os *media* têm práticas e procedimentos bastante peculiares que provêm do contexto histórico, ideológico e cultural, no qual estão inseridos. Para um evento ser considerado noticiável, deve reunir algumas características fundamentais dentro da organização burocrática e dos pressupostos ideológicos do noticiário. Segundo Gitlin (1980), estes aspectos são: oportunidade, exatidão, força, predição, que seja culturalmente familiar e tenha precedentes dentro do padrão.

Assim, é função própria dos *media* selecionar os acontecimentos e enquadrá-los, isto é, a maneira de construir uma reportagem implica em uma escolha, um modo de ver um evento que equivale também a um não-ver. A seleção de um fato para representar uma cadeia de eventos e significados é um procedimento ideológico que gera um *efeito ideológico*. De acordo com Gitlin (1980), o efeito ideológico se processa através do *enquadramento*: princípio de seleção e rejeição que determina como uma matéria será lida e interpretada. O elemento ideológico se faz presente não na escolha do enquadramento por si só, e sim na persistência de um tipo de enquadramento nos *media*, definido como *enquadramento hegemônico*.

Além do aspecto ideológico, deve-se considerar o contexto cultural da construção da notícia. A noção de cultura, sua significação social, é transformada pelo que a televisão produz e em seu modo de reprodução (Barbero: 1997). A partir da cultura, pode-se explicar as imagens e estereótipos utilizados nos meios noticiosos. Isto porque os jornalistas provêm de uma comunidade cultural e, obviamente, os *media* operam dentro de uma cultura, sendo, por isso, obrigados a usar símbolos culturais (Schudson: 1992). Deste modo, as matérias jornalísticas, além do conteúdo, têm uma *forma* de apresentar os eventos cuja função é congregar as imagens de maneira significativa, emprestando unidade, seqüência temporal e espacial, e forma. (Zelizer: 1992)

Segundo Tuchman (1978), os eventos noticiados são realizações sociais - produto do trabalho jornalístico. Os noticiários codificam lugares e eventos, ou seja, “falam” através de códigos que são, na verdade, as convenções – *formas* - narrativas utilizadas e os “mapas de significado”, as fórmulas para ler textos que vão “construir a realidade” e atribuir-lhe novos sentidos.

As convenções narrativas também ajudam a tornar as mensagens inteligíveis, visto que elas se adaptam ao mundo social dos leitores e escritores, porque são específicas de uma sociedade ou tempo. A forma convencional do noticiário deve estar em consonância com a cultura e os interesses que norteiam a escolha de imagens, palavras e enquadramentos, enfim, as escolhas dos assuntos que serão notícias. Todos esses elementos ajudam a constituir um *sensu comum* acerca dos eventos. Segundo Geertz (1998), o *sensu comum* é um sistema cultural cujas características são: “naturalidade”, “praticidade”, “leveza”, “não-metodicidade” e “acessibilidade”. Campbell (1991) acredita que as definições de Geertz se aplicam às estruturas das matérias noticiosas, porque elas reivindicam a naturalidade e a transparência do *sensu comum*; são práticas porque respondem às pressões cotidianas; são não-metódicas porque os relatos são construídos sem uma auto-análise; são acessíveis porque traduzem os assuntos dentro dos limites familiares das narrativas noticiosas. Diante deste quadro, percebe-se que a função do jornalista vai além de retransmitir mensagens e documentos ou de relatar eventos, transcrever declarações; ele atua também como intérprete das notícias, ou seja, escreve sobre o que vê e ouve, e sobre o que não é visto nem ouvido ou é intencionalmente omitido. Os jornalistas desempenham um papel de autoridade na sociedade, à medida que eles se afirmam como porta-vozes legítimos e confiáveis dos eventos da “vida real”. Através da prática de construção narrativa, os jornalistas representam os códigos compartilhados de conhecimento, ou melhor, o conhecimento de *sensu comum*, e assim se legitimam como autoridades culturais (Zelizer: 1992).

Ao pensarmos no Telecurso 2000, notamos que estes mesmos conceitos podem ser utilizados, pois, em primeiro lugar, a equipe de criação, os consultores e os professores se reúnem para escolher, reduzir e sintetizar os assuntos que tomarão forma de “aula pela televisão”. A escolha de assuntos importantes implica na eliminação de temas não-importantes ou menos importantes. A seguir, assim como no telejornal, pensa-se em como apresentar o assunto de maneira clara, de senso comum. Elege-se a linguagem coloquial como a mais apropriada para a comunicação entre Telecurso-telealuno. Vale lembrar que a ordem de apresentação definida na edição não permite ao espectador decidir o que é mais relevante para ele. O telealuno é obrigado a acompanhar a seqüência na forma como foi editada. Forma/ordem que gera um determinado sentido. A forma televisiva [as convenções] preenche o conteúdo do discurso de significado.

Marcelo Tas⁴, diretor de criação do Telecurso 2000, diz que a função do programa é mais provocadora do que informadora. Cada curso/programa é independente do outro, isto é, tem uma “cara”, uma personalidade própria. Criaram-se cenários e atores âncoras para conduzir um curso do início ao fim. Por exemplo: lanchonete - curso de ciências; carteiro - curso de geografia; agência de viagem - curso de inglês. Foram utilizadas técnicas de criação de programas ‘normais’ de televisão para traduzir as aulas do papel para o audiovisual.

No entanto, embora se utilize de “ganchos” da vida real, o Telecurso, assim como os demais programas de televisão, é uma representação do que está acontecendo. Isto porque, segundo Tas, a lógica da televisão não é retratar a vida como ela acontece, porque a televisão é feita de ficção.

“A televisão é uma grande tapeação... Apesar de a gente achar, por exemplo, que um telejornal lida com a verdade ... ele até lida, mas é feito de maneira ficcional, senão, quem está do outro lado não entenderia. No Telecurso, a gente usa atores para dizer falas cruciais que a gente precisa que sejam ditas. ... A gente tenta fazer com as pessoas na rua, ocasional. Se não funciona, a gente usa atores.”

A tradução dos conteúdos pedagógicos para a *forma televisiva* foi feita através do recurso da *dramatização*, isto é, as questões educativas foram adaptadas no *media* para aparecer em situações inventadas; houve uma concretização do raciocínio com base em padrões estéticos da televisão. Isto porque os idealizadores do programa partiram do princípio de que era preciso contextualizar os conteúdos em situações práticas e úteis do dia-a-dia, para dar sentido à aula. A educação passou, então, a ser constituída em torno de um espaço dramático, formado por cenários e personagens que se movimentam dentro deles.

Os personagens são construídos com o objetivo de produzir uma identificação com o telealuno. O personagem é, porém, pensado de forma idealizada. Logo, constrói-se uma identificação com um modelo ideal. Os personagens não se limitam a ensinar regras ou a falar corretamente, eles também mostram qual é o lugar do telealuno e como ele deve se comportar nas situações de vida e de trabalho.

Os cenários também foram pensados a fim de estabelecer uma relação de identificação e familiaridade com o telealuno. O aluno-espectador está acostumado com a linguagem do *media* televisivo, ele sabe que existem regras e gêneros para cada tipo de programa. Ao configurar um cenário, o Telecurso está posicionando o receptor imaginariamente dentro dele, está dizendo quem o outro é. Os cenários, elaborados a partir das convenções e técnicas do *media* televisivo, têm um discurso próprio, independente do conteúdo verbal das aulas.

A estrutura do programa tenta inserir a educação como objeto televisivo e cotidiano. Faz isso primeiro lançando mão de práticas e rotinas de programas da televisão comercial (novelas, noticiários, etc.) para tornar as aulas interessantes; segundo, escolhendo temas que tenham utilidade na vida prática. O Telecurso é constituído por segmentos que se articulam e se complementam: vinhetas; música de abertura; apresentação do tema da teleaula; encenação da circunstância que servirá de gancho para ensinar o conteúdo; outros exemplos sobre o mesmo assunto; repórter na rua entrevistando pessoas “reais”; explicação sistemática da matéria; encenação do desfecho da história aplicando o que foi ensinado; revisão. Os cenários e os personagens se articulam de maneiras diferentes nos diversos segmentos.

Por tudo isso, pode-se dizer que os idealizadores do Telecurso atuam como autoridades culturais interpretativas, à medida que, assim como os jornalistas, fazem uso dos códigos de conhecimento coletivo para mediar e simplificar os conhecimentos científicos que, *a priori*, seriam difíceis para os leigos discernirem; identificar os elementos que compõem a cultura de um grupo, e cristalizar posições e preconceitos de classe, de trabalho, de vida e de cidadania.

Um exemplo

⁴ Programas especiais exibidos na TVE em 9 e 16 de agosto de 1997, como parte da capacitação dos orientadores de aprendizagem do *Telecurso 2000 Comunidade*, parceria entre a FRM e a prefeitura do Rio de Janeiro.

Nos programas de Língua Portuguesa, 1º grau, há três atores “âncoras”. Machado é o protagonista: tem mais ou menos 30 anos, é trabalhador de uma fábrica⁵ e escreve histórias no seu *lap-top*⁶. Estas histórias são as cenas-texto, nas quais os conteúdos são dramatizados pelos atores “coadjuvantes”, que funcionam como personagens ficcionais de “segunda ordem”. Isto porque estes personagens são criações de Machado, que é também um personagem da ficção.

Os outros atores “âncoras” são: Alencar que é colega de trabalho de Machado, e Cecília, a namorada. Ambos ajudam Machado na condução do programa, contribuindo com idéias para as histórias e discutindo o conteúdo acrescentando informações.

Em uma das teleaulas⁷, Machado está escrevendo uma história (cena-texto) que acontece em uma reunião dos trabalhadores do hotel Verde Mar que estão se mobilizando para reivindicar melhores condições. Após a apresentação da cena-texto, Machado, Alencar e Cecília discutem a noção de cidadania.

O trecho a seguir traz questões interessantes sobre como o Tebcurso “ensina” a cidadania.

ÁUDIO	VÍDEO ⁸
<i>Lucas</i> : (1) Quem vai falar agora (2) é a nossa colega Ana.	(1) Lucas, homem jovem, vestido com uma camisa branca e gravata, segura uma caneta na mão (plano aproximado de peito). Atrás de Lucas, está uma faixa pintada de verde e branco, sobre uma parede azul. Ele fala olhando para a platéia. (2) Lucas se vira para o lado direito
<i>Ana</i> : Bem, o segundo ponto da nossa reunião se refere aos problemas que nós temos com os nossos colegas de trabalho.	Ana é uma mulher jovem e está sentada do lado direito de Lucas (plano aproximado de peito). Ela fala olhando para a platéia. Atrás de Ana, também a faixa verde e branca sobre a parede azul.
<i>Machado em off</i> : (1) Ana começou a enumerar os principais problemas que foram levantados: (2) competição demais, gente querendo mandar nos outros, gente se encostando nos outros, (3) gente querendo	(1) Ana gesticulando e olhando para a platéia enquanto fala.(2) Em letras brancas, aparece a palavra COMPETIÇÃO.(3) Em letras brancas, aparece a palavra DERRUBAR.(4) Imagem de um homem na

⁵ Em um dos programas, Machado aparece em um refeitório, na hora do almoço, com um uniforme todo cinza. No bolso da camisa, há bordado *ABB*, o que sugere que ele pode trabalhar, talvez, na linha de produção ou na construção civil.

⁶ É difícil imaginar que um telealuno, trabalhador, em busca de uma escolaridade mínima, tenha um computador, que dirá um *lap-top*.

⁷ A teleaula não está gravada desde o início, por isso não pude identificar o número e o tema do programa.

⁸ Programa Tebcurso 2000, edições legendadas: tarja preta com letras brancas, embaixo na tela. (teleaulas exibidas aos sábados)

derrubar os outros. Em seguida, Ana passou a palavra aos inscitos. (4) Em todas as falas, parecia haver uma idéia comum: (5) só o (6) espírito de união consertaria os problemas. (7) Mas apesar desta constatação, havia uma grande dúvida: (8) Como fortalecer (9) este espírito (10) de união? Taí uma questão (11) que ninguém conseguiu responder. Mas a reunião ainda não tinha acabado (12) e Lucas, (13) antes que a peteca caísse, (14) mais do que depressa, assumiu a palavra.

Lucas: (1) Vamos pra frente que a gente tem mais coisas para discutir. Eu gostaria de falar a respeito dos problemas com os patrões. Todo mundo sabe que eu sou considerado, (2) pelos homens lá de cima, (3) um funcionário de confiança. E eu posso afirmar pra vocês que eles ignoram os nossos problemas aqui de baixo. Eles dão instruções sobre serviços cuja estrutura eles desconhecem. E outra coisa, eles sempre acham que os nossos salários estão no nível do mercado.

Ruídos da platéia, burburinho.

Machado em off: (1) Realmente quando o assunto é a relação patrão-empregado, os ânimos se alteram. Principalmente quando o tema é salário. Nessa hora, foi difícil controlar a platéia. Foi quando Lucas teve uma luz e lembrou suas aulas (2) de relações humanas.

Lucas: Gente! Gente! Uma pausa para o cafezinho.

Ruídos na platéia

platéia, de cavanhaque e blusa pólo. (5) Outro homem, de blusa listrada, conversando com alguém do seu lado esquerdo. (6) Em branco ESPÍRITO DE UNIÃO. (7) Imagem de uma mulher de cabelos presos. (8) Uma jovem com expressão de quem está prestando atenção. (9) Mulher com expressão de dúvida. (10) Imagens de dois homens e algumas cadeiras vazias. (11) Outra mulher com expressão de dúvida. (12) Imagem homem (5). (13) Homem olhando e conversando com alguém à esquerda. (14) Lucas: imagem (1)

(1) Lucas (imagem 1) fala, gesticula e olha para a platéia.

(2) Lucas aponta a mão para o alto.

(3) Lucas continua falando e gesticulando bastante.

Imagem dos dez funcionários na platéia, sentados espalhados. Há cadeiras vazias entre eles. (Plano mais ou menos afastado).

(1) Permanece a imagem dos funcionários.

(2) Lucas (imagem 1), com ar de preocupação, levanta-se da cadeira.

Lucas, em pé, fala com a platéia.

Os funcionários se levantam das cadeiras e se retiram.

Na cena-texto de Machado, os personagens de segunda ordem, Lucas e Ana são os únicos que falam, enquanto os demais trabalhadores apenas assistem e ouvem. Eles só esboçam alguma reação na hora em que a questão salarial é colocada. Mas, Lucas, providencialmente, interrompe a reunião.

Vemos que os problemas foram enumerados, porém não foram discutidos. Não houve a encenação de um debate com opiniões conflitantes, nem um discurso mais “inflamado”, o que acontece em muitas assembléias. Lucas, como um “funcionário de confiança”, parece estar ali para justificar o fato de os patrões ignorarem a situação dos trabalhadores. Isto remete

à divisão do trabalho e das classes sociais: a dos patrões (dominante) - aqueles que mandam e querem resultados e lucro, e a dos empregados (dominados) - aqueles que têm que seguir as ordens dos empresários, donos dos meios de produção. (Marx: 1993)

Coloca-se a idéia de “espírito de união”, uma alusão ao provérbio “*a união faz a força*”. Ou seja, promover a solidariedade que denota integração no lugar de conflito. Isto quer dizer que todos, idealmente, desempenhariam papéis de igual valor, mas a configuração dos personagens nega este discurso.

A opção por situações fictícias e personagens inventados, com convenções e procedimentos semelhantes aos de outros programas da televisão (novelas, seriados, etc.), mostra que o Telecurso apresenta os problemas “materiais” de maneira superficial e até natural. Sendo assim, não há porque problematizar, deve-se manter a ordem das coisas, ou seja, cada qual na sua função, cada qual no seu lugar na hierarquia sócio-econômica.

Conclusão

Pode-se definir o que significa, então, para o Telecurso 2000, *desenvolvimento pleno, cidadania e qualificação para o trabalho*.

Ao configurar os personagens e os cenários, ao selecionar os conteúdos pedagógicos que foram adaptados para a televisão, ao determinar a *forma* de apresentação das teleaulas, o Telecurso 2000 produziu um discurso coerente com os interesses e representações específicas da classe dos donos dos meios de produção.

O uso de técnicas e procedimentos de televisão para dar aparência televisiva aos conteúdos pedagógicos; a opção por uma linguagem de senso comum; a caracterização dos cenários e personagens, e a escolha de temas relacionados, supostamente, com o mundo do telealuno-trabalhador, fazem do Telecurso 2000, ao contrário do que se poderia imaginar, uma proposta educativa de pouca consistência, restrita e orientada para manter a ordem social, a divisão de classes e do trabalho.

Isto porque os conteúdos são encenados de uma maneira *glamourizada* pela linguagem televisiva, e não problematizados, questionados. Esta forma, além de promover uma idealização do telealuno-trabalhador, revela um enquadramento hegemônico que reforça e ratifica a condição dos trabalhadores como subordinados e “inferiores” na escala sócio-econômica, necessitando de uma especialização mínima para garantirem o emprego.

Referências Bibliográficas

- BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel, e NOSELLA, Paolo (1995). *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez. Coleção Questões da Nossa Época, v. 19, 5ª ed.
- CAMPBELL, Richard (1991). *60 minutes and the news: a mythology for middle America*. Urbana & Chicago: University of Chicago Press.
- DA MATTA, Roberto (1991). *A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 4ª ed.
- FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes. 16ª ed.
- GEERTZ, Clifford (1998). *O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- GITLIN, Todd (1980). *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley [etc]: University of California Press. cap.2, Versions of SDS, spring 1965. p.32-77.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1993). *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 9ª ed.
- RIO DE JANEIRO (Estado - 1998). Secretaria de Estado de Educação. *Educação: Legislação e Normas*.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1979). *Cidadania e Justiça : A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus Ltda.

SCHUDSON, Michael (1992). *The sociology of news revisited*. In: CURRAN, James & GUREVITCH, Michael, eds. *Mass media and society*. New York: Edward Arnold. cap.7, p.141-159.

TUCHMAN, Gaye (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press. cap.6, p.104-132.

ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the body: the Kennedy Assassination, the Media and the Shaping of Colletive Memory*. Chicago and London: The University Chicago Press.

Homepages consultadas:

<http://www.telecurso2000.org.br>

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/acervo/matdidat.html>

